

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Manuela Ferreira Leite e o “Portugal de Verdade”



Destaques:

«Não faltam anúncios de iniciativas do Governo; o mal é delas irem na direcção errada»

Em “Actividades da Presidência”

«O primeiro-ministro tem uma personalidade política bipolar, que oscila entre o ‘Calimero’ e o pequeno tirano».

Campos Ferreira, em “Actividades do PSD”



Medidas do Ministro da Economia para as PME, são «avulsas, desgarradas e sem coerência»

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, criticou em Coimbra, na passada quinta-feira, as medidas anunciadas pelo ministro da Economia para as Pequenas e Médias Empresas (PME), considerando que se trata de “medidas soltas, sem coerência”.

“Quando as iniciativas não correspondem a uma política em que se está verdadeiramente convicto, elas são medidas soltas, sem coerência, não estão coordenadas e os efeitos são normalmente pouco visíveis”, afirmou em declarações aos jornalistas após uma visita à empresa ISA - Intelligent Sensing Anywhere, sediada em Coimbra.

Ao ser questionada sobre as medidas anunciadas hoje por Manuel Pinho para as PME, Manuela Ferreira Leite disse também que “o Partido Socialista claramente está em campanha eleitoral”.

“Quando se está em campanha eleitoral e se tomam medidas e se fazem anúncios que não correspondem ao que tem sido a política, quer dizer que não se está com grande convicção; e portanto temos todo o direito de duvidar que se trata de uma campanha eleitoral e não de algo que se pense fazer caso se ganhassem as eleições. Acredito pouco que cheguem ao terreno numa fase muito concreta”, sustentou.

A líder do PSD reiterou que o combate à crise se faz através do apoio às PME, nas quais reside “a criação de emprego e o motor do crescimento da economia” nacional.

“Qualquer outra aposta não dá resultados, como de resto se está a ver pelos números e estatísticas que estão a ser dadas - não é por falta de o governo não anunciar iniciativas, é pelo facto de as iniciativas do governo estarem na direcção errada, e portanto há aqui um erro de base que fará com que os resultados nunca sejam muito melhores do que estes que estamos neste momento a verificar”, censurou. - Fonte: TVI, TSF, PL

“Cavaco Silva nunca se inibe de pôr acima de tudo os interesses do País”.

A líder do PSD afirmou na quinta-feira, que se o Presidente da República considerasse necessário convocar o Conselho de Estado para encontrar soluções para a crise “já o teria feito”, rejeitando que o conselheiro Dias Loureiro tenha influenciado essa decisão.

“Eu tenho poucas dúvidas que se o Presidente da República não convocou o Conselho de Estado foi porque não o considerou necessário”, disse hoje à noite em entrevista à Sic Notícias, Manuela Ferreira Leite.

A líder do PSD, que durante aproximadamente 15 minutos fez uma análise económica de Portugal, sublinhou que Aníbal Cavaco Silva é “um político e



uma pessoa de tal forma responsável que, evidentemente, se tivesse sentido a necessidade de o fazer [convocar o Conselho de Estado para encontrar um consenso de opiniões alargados sobre métodos e maneira de intervenção da crise] já o teria feito”.

Questionada sobre se a presença do conselheiro de Estado Dias Loureiro naquele órgão poderá ter servido de elemento inibidor para a decisão de não convocar o Conselho, Manuela Ferreira Leite foi peremptória: “Cavaco Silva nunca se inibe de pôr acima de tudo os interesses do País”.

Em relação às pequenas e médias empresas (PME), a líder do principal partido da oposição sublinhou que o “principal problema” que estas enfrentam é o grande “endividamento e os grandes problemas de tesouraria”, pelo que “todas as medidas de apoio neste quadro de crise devem passar por resolver esses problemas”.

Manuela Ferreira Leite sublinhou também que as questões fiscais “mais importantes” que o PSD propõe têm a ver com “a alteração de prazo de certos processos fiscais, como a questão do IVA”.

“Nas propostas que apresentamos não se poderá dizer que há sequer perda de receitas para o Estado. Aquilo que há é novos regimes para que as empresas não sejam as financiadoras do Estado”, disse, sublinhando também que o pagamento das dívidas por parte do Estado às empresas seria “um ponto que resolveria

em muito o problema da PME”.

“O montante de dívidas do Estado às empresas é descomunal”, frisou a líder do PSD.

Na entrevista, Manuela Ferreira Leite voltou a criticar as grandes obras públicas previstas pelo Governo, sublinhando que estas “só servem para empobrecer o País”.

“Portugal está actualmente com um endividamento altamente preocupante. Se não abandonarmos esse tipo de decisões estamos a caminho de um maior empobrecimento do País”, disse.

“São os pequenos investimentos, investimentos de proximidade e dissimilados pelo País, sem componente importada, que resolvem o problema

da mão-de-obra e que não ajudam ao endividamento”, acrescentou. - Fontes: SIC, Lusa

A Presidente em Braga, na sessão do Fórum Portugal de Verdade

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, esteve, na noite de quinta-feira passada, em Braga na primeira sessão do “Fórum Portugal de Verdade”, que teve como tema as pequenas e médias empresas.

A sessão contou com intervenções dos empresários Armindo Monteiro, António Saraiva e Ana Paula Rafael e o debate foi moderado pelo economista Vítor Bento.

O lançamento do “Fórum Portugal de Verdade” foi anunciado no dia 10 de Fevereiro pela presidente do PSD, que descreveu a iniciativa como um “fórum que será aberto a todos os protagonistas, à diversidade de pensamento, à opinião livre, a soluções inovadoras e de ruptura”.

Segundo Manuela Ferreira Leite, a iniciativa tem como ambição demonstrar “que há outros caminhos que podem ser verdadeiras alternativas e que essas alternativas são viáveis”.

A líder do PSD falou aos jornalistas no final da sessão e, disse que os reais problemas dos portugueses não serão “iludidos nem ignorados” em contraste com a atitude do Governo, que acusa de alimentar um “jogo de mentira”.





Manuela Ferreira Leite afirmou que seria escandaloso que o primeiro-ministro não participasse na Cimeira Europeia, onde se vai discutir a crise mundial, para estar numa festa o Partido Socialista.

“Nem quero acreditar que o primeiro-ministro possa pôr uma festa de encerramento do Congresso à frente dos interesses do país”, declarou a líder social-democrata, lembrando que Portugal enfrenta uma situação de desemprego verdadeiramente dramática.

, que decorreu quinta-feira à noite em Braga e que contou com a presença do presidente da Distrital do PSD, Virgílio Costa, bem como de mais de 300 militantes do partido e de muitos empresários da região.

Manuela Ferreira Leite disse que “será inaceitável e escandaloso que José Sócrates não compareça na Cimeira de líderes da União Europeia, já que esta foi convocada para discutir a crise económica em que Portugal também está envolvido”.

“Nem quero acreditar que se desista de uma Cimeira, em que qualquer primeiro-ministro, mesmo com 40 graus de febre, tem de estar para ir a um Congresso partidário, cujo fecho pode ser ajustado a outros horários”, acentuou.

A líder da oposição manifestou-se, de seguida, satisfeita com o teor das intervenções do Fórum: “ficou aqui evidente que as preocupações dos empresários estão em consonância com as propostas do PSD”.

“Quero sublinhar, uma vez mais, a grande diferença de políticas entre o PSD e o PS, entre a aposta em mega-investimentos ou os apoios às PME’s”, referiu.

Ferreira Leite defendeu que “são opções diversas com resultados diferentes já que o Governo quer investir para empobrecermos ainda mais, enquanto que as propostas do PSD significam a via para podermos ultrapassar a crise e crescer”.

Questionada sobre o novo pacote de medidas anunciado pelo ministro da Economia, Manuel Pinho, a líder do PSD disse que são, de novo, medidas desgarradas: “não há um pacote coerente e coordenado, pelo que não se obtêm resultados”.

“Não é possível compatibilizar medidas de apoios às PME’s com os mega-investimentos”, insistiu.

“Como estamos em período pré-eleitoral eu desconfio dessas medidas, pois não tem sido essa a linha de orientação da política económica do Governo, desde que tomou posse”, defendeu Manuela Ferreira Leite.

“Se o PS ganhasse as eleições, as PME’s, no dia a seguir, não teriam absolutamente nada, porque elas não fazem parte das preocupações dos socialistas”, acusou. - Fontes: Lusa, SIC, Correspondente do PL

«Permanente vitimação, ameaças e tentativas de condicionamento» caracterizaram os discursos de Sócrates



O deputado do PSD Luís Campos Ferreira condenou hoje as “ameaças” e “tentativas de condicionamento” da comunicação social por parte do primeiro-ministro, acusando José Sócrates de ter uma “personalidade política bipolar”. «O primeiro-ministro tem uma personalidade política bipolar, que oscila entre o “Calimero” e o pequeno tirano», afirmou Luís Campos Ferreira, em declarações à Lusa, num comentário às declarações do primeiro-ministro e secretário-geral do PS na sexta-feira à noite, no discurso de abertura do congresso socialista, que decorre este fim-de-semana, em Espinho.

Condenando o tom de “ameaça” e “tentativa de condicionamento” do direito de informar e da liberdade de expressão, o deputado social-democrata criticou o discurso de “vitimação permanente” de José Sócrates.

Um discurso que, acrescentou, surge na sequência das “tontarias” do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, de “crítica e insulto a alguns órgãos de comunicação social que não obedecem à cartilha”.

“Santos Silva malha nos partidos da oposição, o primeiro-ministro entretém-se a malhar nas forças ocultas”, sublinhou, sugerindo a José Sócrates que “recorra à magia negra para travar as forças ocultas do mal”.

Sexta-feira à noite, o secretário-geral do PS queixou-se de ter sido alvo de sucessivas campanhas negras contra a sua dignidade e honra, visando também alguma comunicação social que tem explorado mais estes casos e contrapondo que o poder em democracia está no povo e não “em directores de jornais”.

Em nome da “qualidade da democracia” e de uma “ética democrática”, sustentou José Sócrates, “é preciso que fique claro que, em democracia, quem governa é quem o povo escolhe – e não qualquer director de jornal com as suas campanhas”.

Sobre esta “tirada”, comentou ainda Campos Ferreira: “Não assistia a um discurso destes de um primeiro-ministro praticamente desde o tempo de Vasco Gonçalves”

. Fontes: Lusa, PL

Governo deu razão ao PSD na questão dos certificados de aforro – afirma Hugo Velosa

O deputado social-democrata Hugo Velosa considerou hoje que o Governo deu razão ao PSD ao melhorar a remuneração dos certificados de aforro da série C, embora a medida não seja ainda “uma reposição da situação anterior”.

O Ministério das Finanças aumentou hoje a taxa de juro e o prémio de permanência dos certificados de aforro da série C, bem como o valor máximo de subscrição destes certificados, que passou de 100 mil para 250 mil euros.

“É uma boa notícia para os aforradores. Não é uma reposição da situação anterior, não me parece que seja, mas há uma melhoria da remuneração. Os certificados de aforro passam a ser outra vez um tipo de aplicação mais atractivo”, declarou à agência Lusa o deputado do PSD Hugo Velosa.

“Tinha sido muito violento o que Governo fez quando baixou a remuneração



dos certificados de aforro. O PSD e eu próprio tínhamos vindo a manifestar a nossa oposição a essa medida gravosa e o Governo vem dar-nos razão”, considerou.

O deputado e vice-presidente do grupo parlamentar do PSD referiu que os certificados de aforro “eram um tipo de aplicação de grande popularidade e utilizada por muitos portugueses, pessoas com pequenas e médias poupanças”.

“Como já aconteceu em muitas situações, o Governo toma uma medida, nós criticamos, propomos alternativas e depois o Governo vem a dar-nos razão”, reforçou.

Apesar de considerar “uma notícia positiva” e “um incentivo à poupança” as alterações feitas pelo Governo, Hugo Velosa ressaltou que precisa de “ter acesso à totalidade do despacho para fazer uma análise detalhada” dessas mudanças e compará-las com a situação anterior a 2006.

Em 2006 o Governo socialista reduziu a taxa de juro dos certificados de aforro, mantendo inalterado o prémio de permanência.

No início de 2008 o executivo voltou a alterar o regime dos certificados de aforro. O seu prazo, que era ilimitado, passou a ter um limite máximo de dez anos, os certificados foram indexados à taxa Euribor em vez da taxa de juro base e as regras dos prémios

de permanência foram alteradas, baixando para os prazos mais curtos.

Nessa altura foi criada a nova série C, cujas condições de subscrição foram hoje alteradas pelo Ministério das Finanças. - Fontes: Lusa, DN

Deputados do PSD eleitos por Braga questionam Governo por rejeição de candidaturas da U. do Minho

Um grupo de deputados do PSD questionou o Governo por sete candidaturas a fundos comunitários da Universidade do Minho terem sido rejeitadas, alegadamente, por falta de um parecer do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Em requerimento entregue na Assembleia da República, que tem como primeiro subscritor o deputado Emídio Guerreiro, os social-democratas perguntam “quais as razões que levaram a tutela a demitir-se da sua intervenção, imposta por lei, nas referidas candidaturas ao QREN”.

Segundo o texto, recentemente, as instituições universitárias, “sub-financiadas” pelo governo, foram acusadas de “má gestão”, sustentando, por isso, que “a acusação deve ser revertida, dado que a não utilização dos fundos comunitários implicará a sua perda, adiando ‘sine die’ investimentos fundamentais”.

O requerimento do PSD segue-se a declarações do reitor da Universidade do Minho (UM), Guimarães Rodrigues, segundo as quais sete candidaturas a fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no valor de 31 milhões de euros, foram rejeitadas por falta de um parecer obrigatório do MCTES.

As candidaturas envolviam projectos que os deputados consideram essenciais, como o edifício para a Escola Superior de Enfermagem, a Biblioteca do Pólo de Guimarães, a sede da Associação Académica e a Escola de Direito.

O Ministério afirma que “Todos os projectos foram apreciados. Contudo, dos projectos apresentados pelas instituições de Ensino Superior, apenas alguns foram objecto de parecer favorável: as obras de construção do pavilhão desportivo de Gualtar, as de intervenção nas Cantinas de Gualtar e Azurém e as infra-estruturas e arranjos exteriores do campus de Azurém, no valor de 3,6 milhões de euros”.

Ora, a Universidade afirma que “Das três candidaturas referidas pela tutela como tendo sido objecto de parecer, duas não se incluem neste grupo, tendo sido apresentadas no âmbito da Acção Social, e o parecer sobre a terceira foi inconsequente, por ter sido emitido quatro meses após o encerramento do concurso”, contrapôs a reitoria.

O ministério do Ensino Superior evitou pronunciar-se sobre esta última versão da Universidade.

- Fontes Lusa e n/Correspondente



INTERVENÇÃO DEPUTADA REGINA BASTOS AR, 18.02.09

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo Socialista usou e abusou das taxas moderadoras na saúde:

1 - Subiu substancialmente o valor das taxas nas urgências;

2 - Admitiu que crianças com menos de 12 anos pudessem ser alvo desta obsessão pelas taxas, acabando com a sua isenção e, como se não bastasse;

3 - Introduziu as taxas em casos de internamento e cirurgia do ambulatório, como se nestes casos as taxas tivessem algum efeito moderador!

Em quatro anos o Governo Socialista cobra mais e dificulta o acesso aos cuidados de Saúde.

Enfim, tudo o que não devia fazer...

Vamos à nossa história, à história dos Governos Social Democratas, quanto às taxas moderadoras.

Sempre consideramos que o direito à protecção da saúde não é incompatível com o pagamento das taxas moderadoras.

Por isso nos continuamos a rever no Decreto-Lei nº 54/92, aprovado por um Governo do PSD, que há 17 anos criou as adequadas taxas moderadoras.

Desde 2005, este Governo, seguiu a máxima socialista do vote primeiro e pague depois.

- Subiu o valor das taxas nas urgências em mais de 30% ;

- e criou as novas e injustas e iníquas taxas no internamento e nas cirurgias do ambulatório.

Está claro que o único objectivo deste Governo foi de ordem economicista, nada tendo a ver com moderação do acesso.

E a prova é a confissão feita no Relatório do Orçamento do Estado para esse ano que refere, e cito, o “alargamento da aplicação das taxas moderadoras (...) tem um significativo impacto imediato na contenção da despesa pública em 2007 (...)”.

Lá confessar, confessaram, o problema é que não se arrependem.

As taxas de internamento e de cirurgia são socialmente injustas e arbitrarias e não têm nem podem ter um efeito moderador.

O PSD, sendo favorável à existência de taxas moderadoras, tal como estas existiam até às alterações feitas pelo Governo socialista, nunca aceitou e não



aceita a existência de taxas moderadoras no internamento e nas cirurgias.

Por isso propusemos a revogação dessas famigeradas taxas logo na discussão do Orçamento do Estado para 2007 e renovámos a mesma proposta no último Orçamento de Estado.

O que finalmente importa a todos nós é ter presente as palavras da actual Ministra da Saúde que também confessou em Abril passado que as taxas devem cumprir “aquilo para que foram criadas, que é o fazer alguma moderação no acesso, designadamente a consultas” (DN, de 6.4.2008).

Para que fique claro, atente-se que a Ministra da Saúde dá apenas o exemplo das consultas e não o do internamento e das cirurgias.

O que está aqui em causa, hoje, é que esta Câmara, todos os Deputados, de todos os Grupos Parlamentares, tenham presente que é um desígnio de justiça social a revogação destas taxas.

O que importa é todos os Senhores Deputados recordarem a confissão e o arrependimento do criador dessas taxas, o ex-Ministro da Saúde, Prof. Correia de Campos, que em Setembro passado disse que também “equacionou a possibilidade de acabar com as taxas na cirurgia e do internamento ...”(19.09 Público).

A verdade é esta: as taxas na cirurgia e no internamento não fazem sentido!

Devem ser revogadas!

Acabe-se assim com uma iniquidade!

Deputado Hermínio Loureiro

PROPOSTA DE LEI Nº 249/X - A.R., 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, apresenta o Governo para o debate de hoje, uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança.

Importa referir, em primeiro lugar, que as questões da violência associadas ao desporto exigem de todos nós uma serena e permanente reflexão bem como uma actualização dos meios e da legislação que serve de enquadramento a esta temática.

O Desporto tem feito o seu trabalho, mas esta questão da violência não pode ser encarda de forma isolada. Infelizmente existem outros sectores onde por ausência de medidas se assiste ao aumento de manifestações de violência – em casa, na escola, no emprego e na rua.

Este não pode ser um combate isolado, merece uma visão e uma atenção mais abrangente, bem como uma estratégia integrada.

Independentemente de existirem alguns casos de violência associada ao desporto que precisam de ser erradicados, podemos dizer que no nosso País não existe uma violência sistemática associada ao Desporto.

Precisamos hoje, tal como no passado, de acção e não de reacção.

Precisamos de legislação que contemple uma perspectiva preventiva e não exclusivamente punitiva.



A ética desportiva tem de prevalecer e em nenhuma circunstância podemos pactuar com qualquer tipo de violência.

Antes da punição, é necessário apostar, de forma clara e inequívoca, na prevenção.

A Lei 16/2004 de 16 de Maio foi um grande avanço no combate à violência, fez o seu caminho e foi determinante para a diminuição e prevenção dos actos de violência.

Mas esta questão não é estática, é dinâmica e necessita de actualização permanente.

A proposta de lei que hoje discutimos apresenta um conjunto de medidas preventivas, a implementar quer pelos or-

ganizadores de competições desportivas, quer pelos seus promotores.

Merecem uma referência especial as medidas relativas à adopção de regulamentação da prevenção e controle da violência, a obrigatoriedade da existência de planos de actividades, nas quais as federações e as ligas devem contemplar medidas, nos respectivos planos anuais, e programas de promoção de boas práticas que salvaguardem a ética e o espírito desportivos, em particular no domínio da violência associada ao desporto.

Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, a escola merece também uma atenção especial, devem ser implementadas acções de prevenção sócio educativa como medidas de apoio à promoção da ética no desporto assegurando condições para o conceito família no espectáculo desportivo, aumentando assim o número de espectadores nos recintos desportivos.

A venda de bilhetes e o apoio aos grupos organizados de adeptos, justificam medidas especiais.

A realização de jogos à porta fechada e a interdição do acesso a recintos desportivos devem igualmente ser considerados, assim como a reformulação do quadro sancionatório.

Registamos com agrado o agravamento das penas quando os crimes forem cometidos contra agentes desportivos ou membros de órgãos de comunicação social que estiverem a trabalhar na área do espectáculo desportivo.

Senhor Presidente, Senhores membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, para um combate eficaz à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos impõe-se promover o diálogo e a cooperação com os Estados-membros da União Europeia, com as organizações internacionais das diferentes modalidades, procurando incentivar o intercâmbio de experiência e de informações operacionais sobre os apoiantes de risco, promovendo uma abordagem multidisciplinar relativa à prevenção deste tipo de comportamentos, dando prioridade às acções socioeducativas.

Esta cooperação internacional é decisiva para o sucesso das políticas preventivas bem como a normalidade organizativa de grandes eventos desportivos, o Mundial de Futebol de 2010, os Jogos Olímpicos de Londres de 2012, são dois grandes desafios que merecem um olhar atento e determinado onde a tolerância com os fenómenos de violência terá que ser zero.

Outro grande desafio é a harmonização legislativa num contexto internacional de modo a assegurar que as infracções racistas e xenófobas sejam alvo de punições equivalentes.

Não podemos pactuar com alguma negligência legislativa pois este não é um combate de alguns, mas um combate de todos. Todos somos poucos para a implementação de políticas preventivas e punitivas que tenham sucesso na erradi-



ção da violência associada ao desporto. Este combate não pode ser feito a duas velocidades.

Estamos a viver tempos difíceis.

As dificuldades económicas são infelizmente uma realidade em todos os sectores de actividade, o desporto não é uma ilha.

Portugal fez um esforço extraordinário quando organizou com sucesso o Euro

2004, mas ainda temos um longo caminho a percorrer para termos um parque desportivo moderno e com as condições óptimas de segurança.

Existem muitas infra-estruturas desportivas, pavilhões, campos desportivos, piscinas, entre outras, que merecem uma atenção especial, pois por vezes com pequenas ajudas resolvem-se grandes e graves problemas.

O Estado deve criar condições efectivas, através de programas específicos, no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, que garanta o financiamento de medidas e acções que tenham como objectivo melhorar a segu-

rança dos utentes em diversas áreas, tais como a beneficiação das infra-estruturas e introdução de dispositivos de segurança passivas nos recintos desportivos, o aumento da qualificação das entidades gestoras da segurança e na sensibilização dos espectadores e agentes desportivos para a aplicação prática de princípios de ética e segurança no desporto.

Existem algumas questões que podem e devem ser melhoradas na discussão em sede de especialidade.

Esperamos contar com a abertura da maioria socialista para procedermos a alguns ajustamentos que não vão desvirtuar o espírito da presente proposta de lei.

É esta a nossa postura em matérias de grande sensibilidade.

O combate à violência, ao racismo, à xenofobia bem como à intolerância nos espectáculos desportivos merecem uma atitude pró-activa por parte da Assembleia da República.

O Partido Social-Democrata numa atitude de grande responsabilidade votará favoravelmente esta proposta mas vai apresentar contributos em sede de especialidade no sentido de otimizar a Lei para que seja dotada de maior eficácia na erradicação da violência associada ao fenómeno desportivo.

Disse.

Declaração Política

Dep. Luís Montenegro

A.R. 18 de Fevereiro de 2009

SENHOR PRESIDENTE
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

Estamos prestes a entrar no último semestre da legislatura.

O Partido Socialista governa o país há 4 anos.

São da sua responsabilidade exclusiva os resultados das políticas que ora empreendeu ora omitiu nos mais variados sectores.

Uma coisa é certa: mesmo com leituras políticas diferentes todos nesta câmara e fora dela – excepção feita, claro aos deputados e dirigentes do PS, e, mesmo aí, nem todos! -, todos convergem numa ideia:

O país está pior, bem pior do que em 2005!

E não é por causa da crise! Que acentuou apenas a tendência irreversível deste quadriénio.

O desemprego aumentou.

A economia estagnou.

Os serviços de Saúde pioraram e afastaram-se dos cidadãos.

As assimetrias entre o interior e o litoral agravaram-se.

Na educação reinou a confusão e o facilitismo.

Enfim, a qualidade de vida das pessoas deteriorou-se progressivamente nos últimos anos.

As festarolas e os power points não passaram, a maioria das vezes, de registos efémeros de intenções e planos, cuja principal vantagem é que sustentarão agora as próximas campanhas eleitorais onde se prometerá (com as mesmas apresentações) fazer tudo aquilo que afinal se adiou.

SENHOR PRESIDENTE
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

É com esta constatação que o nosso olhar atento mas, sobretudo, preocupado assiste às intervenções e planos do Governo em matéria de Segurança.

Ao longo de 4 anos alertámos o Governo para a necessidade de encontrar respostas eficazes para combater uma nova vaga de criminalidade, mais violenta, mais sofisticada, mais organizada.

Nunca quisemos alarmar o país. O país estava – e está! - ele próprio inquieto com as tendências que o fenómeno tomava e toma infelizmente.

Durante um longo período de tempo o Governo quis tranquilizar as pessoas com estatísticas e números.

Delineou umas estratégias que desde cedo afirmamos que estava errada.

O PS chegou ao ponto de aprovar isolado a arquitectura do novo sistema de segurança interna e, pasme-se, de congelar as admissões para as forças de segurança.

Porém, perante o evoluir da situação foi mudando de posição.

Acontece que entretanto os novos fenómenos de criminalidade grave e violenta, ao invés de estancarem foram-se desenvolvendo.

A conclusão é tão simples quanto delicada:

O combate ao crime perdeu tempo face à evolução sócio-criminal.

O Governo falhou e falhou redondamente!

Até medidas emblemáticas como a anunciada alteração no regime da prisão preventiva, considerada da máxima urgência e comunicada ao país numa entrevista televisiva do Ministro da Administração Interna, não viu ainda a luz do dia.

Porquê? Por manifesta incompetência do Governo e do PS.

Porque, como diz a sabedoria popular, “o que nasce torto tarde ou nunca se endireita”.

Foi o que aconteceu à tão badalada alteração à lei das armas.

O Governo e o PS quiseram teimosamente integrar a alteração do regime da prisão preventiva no corpo legislativo errado.

E fizeram mais!

Não autonomizando essa questão, apresentaram ao parlamento uma proposta de lei que versa 95% matéria diferente da anunciada, isto é, alterações ao regime de comércio, detenção e uso de armas com especiais reflexos em actividades económicas, administrativas e desportivas como a caça, o tiro desportivo ou a actividade de armeiro. Matérias estas que além de complexas são, elas sim, o núcleo genético da lei das armas.



Mas fizeram ainda mais.

Terminado em Outubro o ciclo de audições que promovemos na Subcomissão de Administração Interna, todos os partidos apresentaram, em finais de Novembro, as suas propostas de alteração.

O PS fê-lo apenas na semana passada...

É pois o momento de deixar claro ao país que o atraso desse processo legislativo é da única e exclusiva responsabilidade do Governo e do Partido Socialista.

Tudo o resto é contra-informação.

SENHOR PRESIDENTE
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

A segurança dos cidadãos, das famílias e das empresas, é um assunto muito sério.

Que mexe com a vida democrática do país, com o exercício dos direitos fundamentais das pessoas, com o desenvolvimento social e económico.

Sempre dissemos que quando os indicadores apontam uma diminuição das actividades criminosas, não devemos esmorecer o esforço preventivo ou entrar em euforias desmesuradas.

Do mesmo modo, quando os indicadores reflectem um aumento da criminalidade, mormente a mais violenta e grave, não devemos cair numa deriva demasiado alarmista ou catastrófica.

Mas não podemos olvidar que crimes como o carjacking, o homejacking, assaltos a bancos e, como veio a público hoje os homicídios, estão a crescer e criam um sentimento de insegurança na população.

E a este parlamento cabe um papel de avaliação e fiscalização política do Governo e da maioria.

E de responsabilização!

E nesse domínio não pode escamotear-se a realidade.

Até porque só dessa análise se pode construir uma política mais eficaz de combate ao crime.

Infelizmente, dizem-no altos responsáveis e instituições, como o Secretário Geral do SISI, o Gabinete Coordenador de Segurança ou o Banco de Portugal, que o ano de 2008 ficou marcado por um aumento da criminalidade violenta e grave.

Esta Câmara ainda aprofundará a real dimensão desse aumento, as suas causas e explicações.

Mas um balanço político pode desde já ser feito:

Em primeiro lugar, já só o Ministro da Administração Interna não reconhece o aumento da criminalidade no ano passado.

Em segundo lugar, é um facto que, quatro anos depois, as medidas abundantemente anunciadas pelo Governo não surtiram efeito.

Continua por alcançar uma cooperação eficaz entre as forças e serviços de segurança.

Continua por concretizar o plano de reequipamento das equipas policiais e de investigação.

Continua por se consumir o programa de reafectação dos recursos humanos, reforçando os elementos operacionais face aos administrativos.

Continua por se conseguir elevar a motivação dos agentes, como ainda ontem ficou claro pela posição da Comissão Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança (CCPFSS).

Enquanto isso, desprezaram-se os alertas.

SENHOR PRESIDENTE
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

Foi um erro. Os resultados são maus e não requerem anúncios que são “mais do mesmo”. Houve incompetência política.

Os portugueses querem que debatamos aqui as suas preocupações.

Mais uma vez o fazemos.

Cabe ao Governo criar condições para que os nossos concidadãos não tenham medo de estar em casa, de levar os filhos à escola, de circular nos espaços públicos em perfeita liberdade e em segurança.

Disse.



Conselhos Municipais de Juventude

André Almeida (*)

A recente aprovação do Projecto-Lei que regulamenta os Conselhos Municipais de Juventude vem abrir uma importante janela de participação para os jovens, que, assim, são chamados a intervir activamente na construção de um futuro melhor e mais ambicioso nos seus municípios. Mas, mais do que uma «obrigação» ou um «forçar» da intervenção juvenil no processo de decisão política, trata-se do reconhecimento do imenso trabalho do movimento associativo juvenil, da pertinência da acção das juventudes partidárias, da vontade e da necessidade de renovação do conceito de Política, especialmente na esfera local.

Nos tempos que correm, é a juventude que mais de perto lida e que mais consequências sofre do clima de crise instalado. Desemprego, falta de perspectivas de futuro, instabilidade económica. Um cenário que constitui um quadro de ameaça. Mas, mais do que uma ameaça, esta situação pode e deve ser olhada como uma oportunidade. Uma oportunidade para os jovens demonstrarem o seu empreendedorismo, as suas qualidades e apetências, a sua visão muito particular do futuro. É neste quadro que pode ser, e é, de facto, útil ouvir os jovens. Conhecer os seus anseios, as suas preocupações, as suas dificuldades, os seus projectos. Convidá-los a intervir activamente, a irem mais longe na sua acção em prol dos seus municípios. É esse o objectivo dos Conselhos Municipais de Juventude.

Estes Conselhos surgem regulamentados após um trabalho desenvolvido ao longo de cerca de um ano, em que PS, PSD e CDS-PP encontraram pontos de convergência, consubstanciados no texto de substituição do Projecto-Lei recentemente aprovado. Um texto que possibilita, à escala municipal, a criação de um verdadeiro espaço de debate acerca das intenções, dos anseios, das preocupações da juventude, e, dessa forma, convidá-la a participar activamente no desenho de verdadeiras políticas de juventude nos seus municípios e, por inerência, no País. Emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social, movimento associativo são algumas das matérias que os Conselhos Municipais de Juventude devem ter permanentemente na agenda. As matérias que dizem directamente respeito às aspirações e necessidades da juventude.



A acção da juventude deve pautar-se, assim, não apenas por uma participação passiva, mas, sobretudo, por uma construção activa de um futuro melhor em cada município e no país. Um país que, no futuro, será governado pela juventude de agora, que é agora convidada a construí-lo de forma activa e empenhada.

Mãos à obra! - (*) Deputado do PSD, Membro da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência

As «sondagens»...

Alberto João Jardim (*)

É do domínio da Acção Psicológica, que as sondagens podem constituir um instrumento de manipulação da Opinião Pública.

Não só por venderem uma imagem de força política que eventualmente não seja uma realidade, assim atraindo mais pessoas que, na dúvida, ainda naveguem por águas indecisas.

E, sobretudo, explorando um sentimento não invulgar nas massas humanas cívico-culturalmente menos preparadas e psicologicamente menos sólidas. É que há gente que só se sente consolada, só se sente segura, se enfileirar o grupo tido por possivelmente vencedor.

Daí que a Política profissional também não enjeite recorrer ao instrumento das sondagens para habilmente desenvolver propaganda. E fá-lo, consoante mais meios financeiros disponha para tal.

Como existe outro truque. Manipular, fazendo crer que uma determinada força política vai obter um resultado estrondoso, sem ser verdade, para desmotivar sobre a necessidade de comparecer nas urnas de voto, ou para assustar aqueles que não gostam de poderes exagerados, ou que não dão grande valor à estabilidade.

Tudo o acima dito, é uma questão de objectivos quanto aos sectores humanos diferentes que, em cada caso, se pretenda atingir.

Sobre sondagens, às vezes costumo brincar: «Queres ter sessenta por cento



numa sondagem? Encomenda-a, e num universo de cem pessoas, dás sessenta números de telefones que têm de ser obrigatoriamente contactados, que a «ficha» vai bater certa»...

Também em Portugal, qualquer pessoa de bom-senso sabe interpretar o que ouve na rua e nos mais diversos meios sociais, sabe digerir de uma forma geral o que sente na Opinião Pública.

Daí surpresas ante sondagens que, em catadupa, são atiradas cá para fora, em que a bota não joga com a perdigota ante o descabro nacional em que os

socialistas mergulharam Portugal e o que o Povo diz a propósito.

Se estão tecnicamente correctas, no que me custa a acreditar, então que razões existem?...

Primeiro, a religião laica do «socialismo» que substituiu uma certa descrislianização da sociedade portuguesa, bem como a vigarice do mito da «esquerda».

Há grupos sociais que continuam a ter fé numa coisa que não sabem bem o que seja, o «socialismo», que têm uma fé, como que religiosa, em termos de, no «socialismo», verem uma proposta

salvífica, da qual não sabem bem quando será o respectivo advento, e que entendem que, para tal, será preciso ir suportando, em martírio, os disparates e as desgraças que o dito «socialismo» vem impondo.

Bem como, herdada dos anos setenta e facilitada pela propaganda resultante da vergonhosa ocupação quase exclusiva dos meios de comunicação «social» portugueses pela pseudo «esquerda», o mito da bondade desta e a diabolização de toda a orientação política que não seja socialista ou comunista, a que eles chamam depreciativamente «a direita», todos no mesmo saco. Identificando-a com passado de triste memória.

Incultura e falta de informação, situações popularuchas e acéfalas, resultado da omissão pedagógica de, na Europa e em Democracia, terem sido correntes não socialistas, nem comunistas, que trouxeram Desenvolvimento e Emprego, bem como a consolidação democrática. Correntes políticas muitas vezes chamadas eleitoralmente ao poder, para recuperar os Estados de antecedentes desastres do «socialismo».

Foi, ou não foi?

O socialismo «religião» e a deturpação informativa, sinais de um Portugal doente.

Temos, em segundo lugar, um País sem chama, conservador, com pouca iniciativa e criatividade, sem ambição.



Repousando no peso do Estado – à volta de sessenta por cento da Economia portuguesa – não gostando muito de trabalhar e preferindo viver mal, mas garantidos por tal guarda-chuva.

Não nos esqueçamos que a dolorosa carga fiscal que os socialistas impuseram aos Portugueses, a par de um total descontrolo do mundo financeiro do grande Capital, não foi para desenvolvimento e criação de Emprego – apesar das «promessas» – nem para funcionar a

Economia através do aumento do poder de compra.

Foi para amamentar o sector burocrático do Estado, à custa da penalização e do desemprego nas Pequenas e Médias Empresas.

É no Comércio, Indústria e Serviços que se assiste a uma dramática explosão do desemprego. Os burocratas vêm-na impassivelmente, refugiados no Estado.

Perigosa, retrógrada e doentamente, Portugal está a ser fraccionado em dois mundos diferentes e qualquer dia fortemente opostos.

Portugal, um País doente não apenas por causa da propaganda na comunicação «social», mas também devido ao fracassado sistema educativo e à subversão dos Valores e Cultura nacionais, operada legislativamente.

Em terceiro lugar, há camadas de população que, para além da «religiosidade socialista» e da herança dos anos setenta, continua a desejar um Estado que tome conta de tudo e de todos, por muito rasca e incompetente que tal Estado seja, para não haver que trabalhar muito, nem produtivamente, como sucedeu nas Economias soviéticas, ainda que sabendo que tal não trará nem mais bem-estar, nem mais Qualidade de Vida.

Conformaditos, são conservadores por excelência, embora dizendo-se da tal pseudo – «esquerda».

E que, alguns sabendo que isto lhes trará dias melhores, o velho sentimento de inveja – próprio de um Portugal doente – consola-os um certo ridículo «igualitarismo», género «eu lixo-me, mas também os outros se lixam».

Aqui reside muito, o facto de Portugal, na Europa, ser a excepção mais entusiasmada com as organizações políticas comunistas, PCP e «bloco» – neste último caso envolvendo uns exóticos burgueses da correctamente denominada «esquerda caviar», bem como uns patuscos que, não gostando do que os socialistas lhes fizeram profissionalmente, por snobismo e narcisismo exibicionista, irresponsavelmente alimentam semelhante totalitarismo.

Em quarto lugar, na explicação das «sondagens», há a necessidade de o discurso do Partido Social-democrata ser mais apelativo às grandes massas, demonstrando existir uma alternativa democrática firme e possível para Portugal.

E não se venha dizer que o problema está na Líder. Esse é o discurso dos que negativamente estão já a se posicionar para o que venha a seguir.

O problema está nos /.../ posicionamentos (de muitos) nas áreas do «politicamente correcto», do tecnocratismo e do orçamentalismo, estilos que não são os do «meu» PSD e nos quais não me revejo.

Como o problema está na falta do reforço da unidade do Partido, num período como este, onde derrotistas pensam em função do que pessoalmente a seguir pretendem.

O Povo quer que lhe falem de soluções concretas.

O Povo quer um discurso inteligível.

O Povo está aberto a uma mobilização de características populares e fortes, desde que sinta uma alternativa democrática, conjugada para afastar o colapso nacional provocado pelos socialistas, bem como, para este efeito, tornar desnecessário o desespero do recurso alternativo ao voto em organizações comunistas, totalitárias e antidemocráticas.

Estamos a tempo! - (*) Advogado, Presidente do CPR-Madeira e do G.R. Madeira

Nota: Nos Estados Unidos, as sondagens são levadas a sério e em muitas delas fazem-se duplicados de gabinetes de voto onde o público, em geral, pode depositar, anonimamente, o registo da sua opinião

Este homem é perigoso!

Pacheco Pereira (*)

Se, em vez de nos distrairmos com incidentes como o do quadro de Courbet, pequenina censura que se dissipou aos primeiros raios de Sol, dêssemos atenção ao Congresso do PS e ao que diz Sócrates, grande censura vinda do poder político, sombria e agressiva, aplaudida, silenciada, perigosa? Muito perigosa, até porque é tratada com uma excessiva indiferença por uma comunicação social que, pelos vistos, acha normal que seus pares sejam atacados em palavras de comício violentas, destinadas a limitar a nossa liberdade de discutir matérias cívicas, destinadas a que não se possa discutir o caso Freeport, sem ser nos termos que convém ao Primeiro-ministro?

Não. É inaceitável que não se possa discutir o caso Freeport para além da discussão que interessa ao governo, que é a das fugas de informação. O caso Freeport tem entre outras coisas uma polícia estrangeira a investigar o Primeiro-ministro português por suspeitas de corrupção. Basta isso e nós não o podemos discutir? Não podemos discutir o que se passou quando o Primeiro-ministro, que usa o Freeport como arma de arremesso político à mais pequena oportunidade, se recusa a esclarecer o que deve, e que é muito? Quando estamos num país em que se pode, na Assembleia da República, inquirir sobre o BPN, e não passa pela cabeça de ninguém inquirir sobre o caso Freeport? Vejam lá se o BE tão lesto em pegar sempre nestas coisas, não vem sempre proteger Sócrates... E a oposição, se no início manteve silêncio e bem sobre o caso, não pode agora continuar calada quando Sócrates o transforma numa estratégia eleitoral. Discutir o caso

Freeport é um dever cívico por muito que incomode o Primeiro-ministro, mesmo com base em fugas de informação, que só exigem prudência no seu uso e não censura do seu conteúdo.

É verdade que há uma investigação criminal (no caso do BPN também e isso não foi óbice), mas não é exigível civicamente saber-se o que se passou e o que se passa numa investigação criminal que põe seriamente em causa a justiça e a sua relação com o poder político? Não se pode inquirir sobre um licenciamento estranhíssimo de um grande empreendimento numa zona especialmente protegida numa comissão parlamentar? Não se pode discutir o que se sabe, porque alguma coisa (longe de ser a mais importante) que se sabe tem origem em fugas de informação? Desde quando é que o PS se inibiu alguma vez de discutir fosse o que fosse apenas porque teve origem em fugas de informação? Se for o BPN podemos discutir com base em fugas sem encher as páginas de «alegados», se for o Freeport é «alegados» às centenas...

Quando o Primeiro-ministro usa o caso Freeport para conduzir uma luta política, ao mesmo tempo que pretende chantagear quem o discute substantivamente (e meus caros amigos há matéria para o fazer e não é pouca), não se pode ficar silencioso, que é o que ele quer. Nem se pode nomear a TVI e o Público como querendo «governar» o país fazendo um complot contra o governo e as excelsas virtudes do Primeiro-ministro, sem perceber que este homem quer amordaçar o mais pequeno vislumbre de irreverência e independência da comunicação social. Estivesse esta mais viva e menos situa-



cionista e as palavras de Sócrates ontem dariam origem a uma indignação que nos faz falta em nome da liberdade. Porque este homem é perigoso, demasiado perigoso! - (*) Professor Universitário, escritor, comentador político ©JPP

Em tempo:

OS DESLUMBRAMENTOS PELA RAMA DO CONGRESSO DO PS:

Contava-se como um perfeito exemplo de «mensagem do ego», uma especialidade comunista estudada num magnífico livro de Paul Hollander, o convite dos chineses ao crítico culinário de um grande jornal americano, um feroz crítico do regime chinês e um anti comunista sem mácula.

O homem aceitou o convite e foi à China, onde os seus anfitriões não lhe deram sequer um segundo de propaganda para consumir. Deram-lhe de comer. Do melhor que havia em toda a China. O resultado foi que, de regresso aos EUA, o relato da viagem à China resultou numa sucessão de elogios inflamados aos banquetes, iguarias, pratos raros, que o crítico culinário jamais tinha provado. Como é que pode ser mau um país onde se come tão bem? Os chineses sabiam e sabem muito.

Veio-me esta história a propósito do Congresso do PS, sabe-se lá porquê... Também lá houve muitos banquetes de marketing e há quem se deslumbre com a rama e esqueça o conteúdo. Estão bem uns para os outros, há quem toque a música e há quem dance. - JPP

Notícias de Aveiro

Duas sessões do ciclo “Aveirenses Ilustres”

A Câmara Municipal de Aveiro realiza a nona sessão do Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres” que terá lugar amanhã, das 18.30 às 19.30 horas, no Museu da Cidade.

O Aveirense Ilustre a homenagear será Jaime Magalhães Lima, tendo sido convidado para palestrante o Mestre Manuel de Carvalho.

Com esta iniciativa que se enquadra nas Comemorações Aveiro 2009, a Câmara Municipal de Aveiro pretende preservar a identidade e a memória colectiva do nosso povo, homenagear personalidades que, activamente, deram o seu contributo para o desenvolvimento sociocultural e político-económico da região, valorizar a Historiografia Local e formar pedagogicamente públicos.

As palestras são quinzenais e na sua maioria são preparadas por investigadores e professores universitários que se dedicam ao estudo da temática. Associada à palestra evocativa decorre também uma pequena amostra de objectos ou literatura alusiva à individualidade evocada que estará patente durante 15 dias no espaço do Museu da Cidade.

Jaime de Magalhães Lima: nasceu em Aveiro, em 1859 e faleceu em Eixo, em 1936. Ínculto aveirense, político, franciscano por devoção, enérgico escritor, pensador interveniente, poeta, contista, naturalista, ensaísta, conferencista, jornalista, publicista e crítico, este insigne fez os seus estudos preparatórios, em vários colégios, em Aveiro; frequentou a Universidade de Coimbra, onde se diplomou em Direito; foi funcionário da Agência do Banco de Portugal e director da Caixa Económica de Aveiro; Provedor da Santa Casa da Misericórdia; vogal do Conselho do Distrito; representante do Partido Monárquico; deputado às Cortes por Viana do Castelo e Aveiro; dirigente do Partido Regenerador Liberal, Governador Civil e Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Este ilustre era um homem simples, coerente e viajado, exemplo de virtudes cívicas e morais, e grande admirador de S. Francisco de Assis, Leão Tolstói e vultos nacionais, como Antero de Quental, Oliveira Martins e Eça de Queirós. Da admiração que tinha pela natureza resultou a plantação científica de eucaliptos, na sua quinta em Eixo, cultura pioneira, em termos nacionais e da que tinha por Tolstói, a divulgação da literatura russa do século XIX.

Jaime Magalhães Lima, colaborou, intensamente, até ao fim da sua vida, em várias revistas e jornais como: A Província; as Novidades; o Repórter; o Nacional; a Tarde; o Jornal da Noite; o Diário Ilustrado e a Vitalidade, assim como na tradução de obras estrangeiras. Do seu legado ideológico-literário destaca-se, Estudos sobre a Literatura Contemporânea; O Sr. Oliveira Martins e o seu Projecto de Fomento Rural; A Democracia – Estudo sobre o Governo Representativo – A Arte de Estudar;

Cidades e Paisagens; As Doutrinas de Leão Tolstói e O Transviado – Notas de Um Provinciano.

Em homenagem a este ilustre, a autarquia erigiu um busto, no Jardim Infante D. Pedro, descerrou diversas lápides topográficas, em Aveiro e Eixo e atribuiu o seu nome à Escola Secundária de Esgueira. A Portucel, em 1986 homenageou-o, publicando o livro Entre Pastores e Nas Serras.

Sessão especial dedicada ao “Dia da Mulher”, homenageia Isabel da Luz Figueiredo

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da realização No próximo “Dia da Mulher” - Domingo, 8 de Março, haverá uma sessão especial do Ciclo de Conferências “Aveirenses Ilustres” dedicada notável mecenas e benemérita aveirense, Isabel da Luz Figueiredo.

Isabel da Luz de Figueiredo nascida em Aveiro, na terceira década do século XVII, “mulher donzela”, provinha de

famílias, de ambos os lados, associadas aos negócios do mar.

Por formas diversas, acumulou uma considerável fortuna que, em último caso, reverteu para a Santa Casa da Misericórdia e, sobretudo, para o seu hospital, mas de forma que fosse muito beneficiado o convento de Santo António, por sua devoção à Ordem de S. Francisco (e beneficiou outras confrarias aveirenses). Daqui resultou um período de grande conforto para os principais beneficiados, facto que o cronista dos Franciscanos não deixou de salientar, em obras realizadas, peças de arte e alfaias.

Instituiu uma colegiada, com sede na igreja daquela instituição, onde seriam cantados os officios divinos com qualidade e regularidade igual às grandes Dioceses e catedrais portuguesas, assim pretendendo igualar Aveiro ao melhor que, ao tempo, havia no reino.

Deu também atenção à protecção de mulheres de poucos recursos existentes na vila e, bem assim aos pobres em geral. O seu funeral, em Abril de 1685, foi um

cortejo extraordinariamente participado e grandioso, por honra dos seus conterrâneos e dos beneficiados, podendo dizer-se que foi uma autêntica “festa barroca”, ao gosto da época.

A colegiada manteve-se entretanto, sempre com substanciais pagamentos aos seus membros, no exercício da melhor Música canónica, por mais de século e meio, sendo, neste aspecto, uma verdadeira Mecenas da vila. Não obstante a sua manifesta benemerência e a sua acção colectiva, um silêncio confrangedor, certamente porque o nosso maior historiógrafo antigo, Rangel de Quadros, não tendo conseguido identificar-lhe quaisquer membros da família, para enquadramento social – situação, felizmente, já ultrapassada – fez dela um sucinto esboço biográfico. Justifica-se, pois, reabilitar quem tanto bem fez a tanta gente, pondo ao serviço da sociedade a quase totalidade dos seus imensos recursos, muito embora se aceite e compreenda a sua opção de vida de recato e “observância franciscana”. - Gab. Imp. CM Aveiro

Notícias de Braga

Vereadores do PSD submetem propostas para clarificar práticas autárquicas na cidade dos Arcebispos...

Vereadores da coligação “Juntos Por Braga” submeteram na quinta-feira, na reunião do executivo municipal, quatro propostas que compõem um conjunto de medidas subordinadas ao tema “Ética e transparência” e visam clarificar as práticas da Autarquia e dos seus responsáveis, em três domínios fundamentais: as relações com terceiros, os procedimentos de contratação pública e a gestão dos processos urbanísticos.

Introdução ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO MUNICIPAL EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Ao longo dos últimos dias, o jornal Correio da Manhã tem vindo a publicar um conjunto de notícias baseadas em factos retirados do processo de investigação de que foram alvo os cidadãos que exercem as funções de Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga e respectiva família, bem assim como outros dirigentes e técnicos municipais, e que foi recentemente arquivado pelo Ministério Público por falta de provas.

Não trazendo em si qualquer novidade de monta sobre a conduta dos visados e as matérias que há muito se sugeriu deverem ser totalmente escrutinadas e



clarificadas pelos próprios, a divulgação sistemática que tem vindo a ter lugar não deixa ninguém indiferente.

Porque colige evidências e práticas que provocam óbvias perplexidades a qualquer cidadão independente.

Porque atesta do fracasso do sistema judicial, que mais uma vez se revela

incapaz e, pior, exhibe triunfalmente as debilidades e fragilidades processuais existentes por motivos tão incompreensíveis quanto a falta de colaboração de outros organismos públicos.

Porque suscita, mais uma vez, um conjunto de questões sobre o que devem ser as práticas eticamente recomendáveis



aos titulares de cargos públicos e políticos e os princípios de transparência e clareza a que devem obedecer as suas acções.

Porque, finalmente, cobre de vergonha um Concelho, mancha a dignidade de uma Instituição e mina os pilares da credibilidade do sistema democrático e da confiança na Justiça.

Enquanto titulares de cargos autárquicos na Câmara Municipal de Braga, de que muito nos orgulhamos; enquanto representantes políticos do escrutínio popular, que muito nos responsabiliza; enquanto protagonistas de um projecto que vai merecer a confiança dos Bracarenses para a condução dos destinos do Concelho, que muito nos estimula; também não podemos ficar indiferentes e silenciosos perante este processo.

Porque, se há um tempo para criticar e construir, há também um tempo para clarificar. E este é um momento em que nos é exigida uma clarificação.

Pois bem, cumpre-nos garantir de forma clara e veemente aos Senhores e a todos os Bracarenses: Conosco, nada disto seria possível. Conosco, nada disto vai acontecer!

DOS PRINCÍPIOS DO ESCRUTÍNIO PÚBLICO E DA RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Desde logo, porque nos regemos por princípios e valores que tanto parecem estar arredios daqueles que têm protagonizado a Gestão Municipal em funções ao longo das últimas três décadas, quais sejam: a ética, a responsabilidade política, a transparência, a cultura democrática.

É que, independentemente do apuramento de responsabilidades criminais, há uma avaliação política destas matérias à qual, à margem de qualquer condenação ou arquivamento de processos desta natureza, ninguém pode escapar.

Alguém acha normal que a Câmara Municipal de Braga arrende um espaço para instalação da loja da internet municipal ao filho do Presidente da Câmara? Que não houvesse mais nenhuma alternativa? Que não fosse avaliado se a localização era uma zona de normal frequência de jovens? Que não fossem ponderadas nem revistas as condições financeiras contratualizadas?

Alguém acha normal que os movimentos bancários de um cidadão ultrapassem em larga escala os rendimentos por si declarados?

Alguém acha normal o património e as alterações de registos de propriedade de bens móveis e imóveis de autarcas e técnicos face aos vencimentos auferidos por estes?

Alguém acha normal as condições financeiras, em valor ou condições de pagamento, de que usufruíram os filhos do Presidente da Câmara na aquisição de edifícios ou empresas de valor de mercado substancialmente superior?

Alguém acha normal que a Câmara Municipal tenha optado por alienar as praças da cidade a privados em vez de seguir o modelo de reserva do direito de superfície, que melhor salvaguarda o interesse público e que foi seguido por outras congéneres à escala nacional?

Todas estas questões e outras tantas que se desejariam colocar poderiam até ter, e não tiveram, uma resposta cabal do ponto de vista jurídico, mas jamais poderiam ficar órfãs de respostas do ponto de



vista político, ao abrigo dos princípios e valores antes enunciados.

Mais, nesse âmbito, cumpre-nos repudiar a total confusão de papéis que assola a mente dos visados, capazes de utilizarem, por sistema e sem pudor, meios e instalações municipais para defenderem pontos de vista e prestarem esclarecimentos que lhes competem enquanto cidadãos que exercem cargos públicos e não enquanto autarcas em exercício de funções.

Devem as portas da Câmara Municipal de Braga estar sempre abertas para resolver os graves e crescentes problemas dos Bracarenses, não dos políticos que nela exercem funções.

Da exigência da “segurança” na Justiça

No plano judicial, só podemos lamentar profundamente as infelizes declarações pronunciadas por pessoas de elevada responsabilidade, como o Senhor Procurador-Adjunto do Ministério Público.

São afirmações como aquelas que descredibilizam a Justiça e lançam a desconfiança nos cidadãos. É preciso esclarecer porque demorou oito anos a investigação para terminar num beco sem saída. É preciso dizer claramente que meios faltaram para a investigação prosseguir a descoberta da verdade material. É urgente perceber porque razão algumas instituições públicas não colaboraram no apuramento dos factos, quando essa é uma obrigação que decorre da lei e do mais elementar bom-senso.

Exigem-se, pois, explicações rápidas e cabais.

UM PACOTE DE MEDIDAS PARA A ÉTICA E A TRANSPARÊNCIA

Enquanto Vereadores na Oposição, nunca nos eximimos de dar, desde já, um contributo para a adopção de melhores práticas, para a definição de melhores políticas, para a implementação de iniciativas mais ajustadas às carências de cada uma das vertentes da gestão municipal.

Também nesta matéria, parece-nos claro que é possível registar claras melho-

rias mediante a adopção de soluções práticas e expeditas, que reforcem os níveis de transparência da Gestão Municipal e a confiança que os cidadãos querem depositar nas suas instituições.

É assim que vamos avançar com um conjunto de quatro propostas que iremos submeter à próxima reunião do Executivo Municipal, ao abrigo de um Pacote para a Ética e Transparência, que visam clarificar as práticas da Autarquia e dos seus responsáveis em três domínios fundamentais: as relações com terceiros, os procedimentos de contratação pública e a gestão dos processos urbanísticos.

A saber, proporemos:

i) A publicitação no sítio da Internet da Câmara Municipal de Braga, por maior facilidade de consulta por todos os interessados, de todas as adjudicações de empreitadas e contratações de fornecimentos e prestações de serviços da Autarquia, enunciando o modelo de contratação subjacente, a natureza do fornecimento ou prestação, a identificação do adjudicatário, o valor acordado e o prazo, bem como outras cláusulas contratuais acessórias que se entendam relevantes;

ii) Que a Câmara Municipal dê conhecimento formal ao respectivo Executivo de Junta de Freguesia sempre que entrar nos serviços camarários um projecto ou pedido de licenciamento para operações urbanísticas naquela Freguesia, bem como as suas subsequentes alterações; [Proposta Cooperação e Transparência, de 25 de Janeiro de 2007]

No final da tramitação dos processos deve a CMB voltar a dar conhecimento formal ao Executivo da Junta de Freguesia do seu desiderato. As comunicações supra-referidas devem ser feitas por escrito, num prazo máximo de cinco dias úteis.

Tal como acontece hoje, ainda que muitas vezes tardiamente, deve a Autarquia facilitar de imediato a consulta dos processos para análise e eventual emissão de Parecer não vinculativo, por parte da Junta de Freguesia. A emissão de Parecer pela Junta não interrompe os demais pra-

zos de contagem de tempo do processo, ao abrigo da Lei e dos Regulamentos Municipais.

iii) Que a Câmara Municipal de Braga avance com as diligências necessárias à Certificação de Qualidade dos Serviços de Urbanismo, assim assegurando o cumprimento de um Manual de Procedimentos conhecido interna e externamente e reforçando a transparência na apreciação e tramitação dos processos.

iv) A rescisão imediata do contrato de arrendamento do espaço propriedade do filho do Presidente da Câmara Municipal de Braga, em que se encontra instalada a Loja da Internet Municipal, e o desenvolvimento de diligências para a reinstalação deste equipamento;

São, no imediato, propostas de cariz simbólico mas expressivo, que gostaríamos de alargar a outros níveis e esferas de intervenção, mediante a troca de impressões e recolha de contributos junto dos funcionários da própria Autarquia.

Mas são, também, exemplo-vivo da mudança por que se anseia e que se impõe, a bem do nome e prestígio de Braga, do orgulho de todos os Bracarenses e da reposição da dignidade e credibilidade das Instituições.

As propostas apresentadas à Câmara

1 - A primeira proposta, intitulada “Cooperação e Transparência”, tem o seguinte teor:

i) a melhor gestão autárquica é aquela que se faz com total cooperação e coordenação entre o Executivo Municipal e as Juntas de Freguesia;

ii) a Câmara Municipal de Braga soube, em devido tempo, assumir iniciativas pioneiras de descentralização de competências nas Juntas de Freguesia;

iii) há uma necessidade crescente de haver um forte controlo e parcimónia no licenciamento das operações urbanísticas face ao notório desordenamento do território;

iv) o paisagismo e o ordenamento do território são hoje matérias essenciais

para a qualidade de vida;

v) cada freguesia, nomeadamente as rurais, tem o seu estilo e traço próprio de construção, que deve ser devidamente salvaguardado;

vi) as Juntas de Freguesia são frequentemente confrontadas com o início de trabalhos de construção e urbanização no território sob a sua gestão, de que desconhecem totalmente o resultado final previsto;

vii) em muitas circunstâncias, as Juntas de Freguesia só são confrontadas com os projectos urbanísticos que serão implementados no seu território quando os processos de licenciamento e afins estão totalmente concluídos;

viii) as Juntas de Freguesia devem, numa óptica subsidiária e não vinculativa, que não se sobreponha à normal tramitação dos processos de licenciamento ao abrigo da Lei e dos Regulamentos Municipais, poder emitir Parecer sobre esses mesmos projectos;

ix) a existência de um processo formal de comunicação prévia dos processos em apreço, estimula as Juntas de Freguesia a melhor acompanharem o ordenamento do seu território e a detectarem situações menos transparentes ou de infracção à própria Lei;

x) o projecto de criação de uma Intranet entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Braga no quadro do BragaDigital não se veio a consumir, submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 5 de Março de 2009, a proposta “Cooperação e Transparência”, iniciativa que visa uma maior articulação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, bem como assegura um também maior critério de exigência de transparência no que concerne aos processos de licenciamento no conjunto do território do Concelho de Braga.

Assim, no âmbito desta proposta, deverá a Câmara Municipal:

1. Dar conhecimento formal ao respectivo Executivo de Junta de Freguesia sempre que entrar nos serviços camarários um projecto ou pedido de licenciamento para operações urbanísticas naquela freguesia, bem como as suas subsequentes alterações;

2. No final da tramitação dos processos voltar a dar conhecimento formal ao Executivo da Junta de Freguesia do seu desiderato.

3. As comunicações supra-referidas devem ser feitas por escrito, num prazo máximo de cinco dias úteis.

4. Tal como acontece hoje, ainda que muitas vezes tardiamente, deve a Autarquia facilitar de imediato a consulta dos processos para análise e eventual emissão de Parecer não vinculativo, por parte da Junta de Freguesia. A emissão de Parecer pela Junta não interrompe os demais prazos de contagem de tempo do processo, ao abrigo da Lei e dos Regulamentos Municipais.

2 - Publicitação, no sítio de internet da Câmara Municipal de Braga de todas as adjudicações de empreitadas e contratações de fornecimentos e prestações de serviços da Autarquia, presentes e futuras



i) a internet é hoje uma ponte de contacto privilegiada entre os cidadãos e os protagonistas políticos;

ii) o alcance daquela é potencialmente universal;

iii) a facilidade de acesso e comodidade que proporciona são factores de inclusão e de transparência absolutamente inigualáveis;

iv) cabe aos responsáveis da coisa pública a iniciativa da informação das populações e o pugnar pela existência de uma total clareza na gestão do erário comum;

v) o uso destes instrumentos é ainda negligenciado por parte dos poderes públicos e, em particular, da Câmara Municipal de Braga, como recentemente demonstrou um estudo da Universidade do Minho;

vi) a actual legislação sobre Contratação Pública já obriga à publicitação destes processos em Bases de Dados Electrónicas de cariz nacional;

vii) os meios financeiros envolvidos serão de montante insignificante face aos ganhos do ponto de vista da clareza e transparência de procedimentos;

submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 5 de Março de 2009, a seguinte proposta:

A publicitação, no sítio da Internet da Câmara Municipal de Braga, de todas as adjudicações de empreitadas e contratações de fornecimentos e prestações de serviços da Autarquia, enunciando:

a) o modelo de contratação subjacente;

b) a natureza do fornecimento ou prestação;

c) a identificação do adjudicatário;

d) o valor acordado e o prazo;

e) outras cláusulas contratuais acessórias que se entendam relevantes;

3 - Certificação de qualidade dos serviços do urbanismo

i) os critérios de qualidade que se aplicam à gestão da coisa pública devem primar pela exigência;

ii) os órgãos públicos em geral e as autarquias em particular, pela visibilidade que têm e pelo prestígio de que gozam, podem e devem dar o exemplo à restante sociedade civil;

iii) os serviços ligados ao urbanismo constituem, no âmbito das Autarquias Locais, uma área particularmente sensível pelas suas implicações para o dia-a-dia de tantos cidadãos;

iv) por isso mesmo, estão expostos a um especial escrutínio por parte das populações, quer por força do intenso contacto que, no âmbito das suas funções, com elas mantêm, o qual deve assegurar uma lógica de rigor, eficiência, celeridade e transparência ;

v) a avalização externa dos serviços da Câmara, a criação de manuais de procedimentos e a identificação de soluções que melhorem o serviço já hoje prestado pela Autarquia, servirão de forma plena e incontestável à comprovação da valia e competência de tais serviços, bem como à cabal desconstrução dos motivos de uma qualquer desconfiança que possa incidir sobre critérios de apreciação ou tramitação de processos nesta área,

submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 5 de Março de 2009, a proposta “Certificação de Qualidade dos Serviços do Urbanismo”,

Assim, no âmbito desta proposta, deverá a Câmara Municipal:

- Desenvolver as diligências necessárias tendo em vista a obtenção, por parte dos Serviços do Urbanismo da Câmara Municipal, no mais curto horizonte de tempo possível, da Certificação de Qualidade adequada a esta tipologia

de serviços. - Do nosso correspondente, Ricardo Rio

Nota em tempo: O “DN” de terça-feira publicava esta notícia, que reproduzimos com os devidos agradecimentos.

«O processo de alegado enriquecimento ilícito do presidente da Câmara de Braga socialista, Mesquita Machado, pode vir a ser reaberto.

«Ontem, o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) deliberou a abertura de um inquérito para explicar a demora e as “paragens” na investigação que remonta a 2001 e que, em Dezembro do ano passado, foi arquivada. Só essas ‘pausas’ contabilizam, no total, quatro anos em que a PJ e o Ministério Público não realizaram qualquer diligência.

«Em causa estão suspeitas de enriquecimento ilegal do autarca socialista e de nove vereadores e técnicos superiores da Câmara Municipal, recebidas na PJ através de uma denúncia. Suspeitas essas que podem vir a ser novamente investigadas, “se houver provas ou factos novos decorrentes deste inquérito”, conforme explicou João Correia, membro do CSMP, ao DN. “Mas só nas condições previstas no Código de Processo Penal que ainda não se verificam mas podem vir a verificar-se”, sublinhou o advogado (ver caixa).

«O próprio comunicado da PGR é esclarecedor: “O procurador-geral da República vai, junto do inspector-geral da administração local, obter todos os elementos reputados úteis para melhor esclarecimento e eventual reexame desta matéria”. E adianta que “o CSMP determinou a abertura de um inquérito, com vista a apurar as razões para os longos períodos de ausência de movimentação do processo nomeando o PGR um inspector, cujo nome que será conhecido esta semana, para o efeito”, explica o comunicado.



Notícias de Cascais

Deliberações da Reunião Pública Ordinária de Câmara de 25 de Fevereiro

A Câmara Municipal de Cascais, em reunião pública ordinária de 25 de Fevereiro, entre outras matérias, deliberou:

1. Aprovar a cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno com a área de 3.886,40 m², situada nos Lombos, Freguesia de Carcavelos, ao Centro Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos, destinada à construção de campos de Padel e respectivas instalações. Modalidade semelhante ao ténis, mas com regras diferentes, o padel tem registado um crescente número de praticantes e adeptos no nosso país, sendo reconhecida a necessidade de disponibilizar campos com dimensões oficiais para a realização de provas oficiais. Próximos do Pavilhão Desportivo Municipal Oriental, estes terrenos oferecem as melhores condições para a prossecução deste objectivo.

2. Aprovar a remissão à Assembleia Municipal para ratificação da versão final da proposta de Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão. Após a validação por parte da Assembleia Municipal, o Plano de Pormenor ficará oficialmente concluído, dando lugar ao avanço dos trabalhos de reestruturação urbanística de uma significativa área do concelho, com destaque para a recuperação das antigas adegas da Quinta do Barão, onde será instalado o Museu do Vinho de Carcavelos, bem como permitirá a criação de uma zona verdes de seis hectares, dos quais cinco serão destinados ao plantio e recuperação do Vinho de Carcavelos.

3. Aprovar a celebração do protocolo de colaboração com a Fundação Fausto de Figueiredo para a realização das provas nacionais e internacionais no âmbito do Torneio Estoril Foot 2009, bem como aprovar a atribuição de um subsídio no valor de € 55.000,00 para apoio nos encargos com a organização.

4. Aprovar o Relatório e Contas 2008 da ArCascais, o Relatório de Contas e de Actividades de 2008 e Plano para 2009 das Agências Municipais DNA Cascais, Cascais Atlântico, Cascais Energia e Cascais Natura e da EMAC - Empresa Municipal de Ambiente. Aprovar igualmente o Relatório de Gestão e Contas de 2008 e Plano de Actividades e Instrumentos de Gestão Previsional para 2009 da EMGHA - Empresa Municipal de gestão do Parque Habitacional do Município de Cascais.

5. Aprovar um subsídio no valor global de € 304.774,00 a atribuir a diversas instituições concelhias no âmbito dos protocolos para a criação ou qualificação de Centros de Convívio de Pessoas Idosas e da Plataforma SAD+- Serviço de Apoio Domiciliário).



6. Aprovar a atribuição de um subsídio no valor de € 23.858,00 ao CADIN - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil para apoio na realização do I Congresso Internacional "Perturbações do Desenvolvimento da Infância à Idade Adulta".

7. Aprovar a atribuição de um subsídio no valor de € 187.350,00 à AISI - Associação de Idosos de Santa Iria-Murches para apoio nas obras de ampliação das actuais instalações.

8. Aprovar a atribuição de um subsídio no valor de € 33.999,00 à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcáideche para apoio ao funcionamento do Centro Municipal de Operações de Emergência.

9. Aprovar celebração do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Cascais e a Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência, bem como a atribuição de subsídio no valor de € 54.000,00.

CASCAIS INAUGURA COMPLEXO ESCOLAR INOVADOR

Escola EB1 e Jardim-de-Infância das Areias | 26 de Fevereiro | 10h30 -

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, inaugurou, com um membro do Governo, no dia 26 de Fevereiro, a nova Escola EB1 e Jardim-de-Infância das Areias, em S. João do Estoril, que conta com um equipamento inovador em Portugal através do qual é possível conjugar as vertentes lúdica e de aprendizagem.

Construída de raiz, a nova escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância n.º 2 das Areias, além de oferecer as melhores

condições para o ensino, coloca ao dispor da comunidade escolar e população da zona um equipamento infantil inédito no país que alia as vertentes lúdica e de aprendizagem: o SmartUs.

Projecto-piloto no País, importado da Finlândia, o SmartUs promove o estímulo das capacidades motoras, emotivas, sociais e cognitivas, propondo-se enfrentar quatro grandes desafios: redução da obesidade infantil, aprendizagem escolar em ambiente lúdico, iguais oportunidades de aprendizagem e aumento da interacção entre gerações

Outra novidade em termos de equipamentos escolares no Concelho reside no facto de todas as quatro salas de aula para o 1.º ciclo serem dotadas de quadros interactivos. Para responder às mais recentes exigências educativas esta nova escola dispõe também de salas para terapias e apoio a crianças com deficiência auditiva e outras dificuldades associadas.

O investimento municipal foi de € 810.000,00

Apoio do FEDER, no âmbito da requalificação da Rede escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação pré-escolar: € 248.200,00

Neste dia estarão presentes na escola 200 crianças que irão realizar um jogo-teste inaugural em simultâneo com colegas na Finlândia, cuja escola tem este equipamento a funcionar há algum tempo com resultados muito satisfatórios.

Morada da escola: Rua Jardim Garcia da Horta, Areias, S. João Estoril. A entrada para a escola neste dia far-se-á pela Rua Almada Negreiros, onde existe estacionamento e também um largo portão para o recreio.

Anexo: Informações adicionais sobre equipamento da escola e SmartUs e Programa da inauguração.

Sobre o Smart Us | Criado pela Lappset em parceria com a Nokia, o SmartUs

é uma espécie de recreio interactivo constituído por três elementos base - Unidade Central, Postes de Informação e Área de Saltos, complementados por um conjunto de ferramentas de desenvolvimento dos jogos (software). Os utilizadores experimentam os estímulos dos jogos electrónicos interactivos ao ar livre, ou seja, divertem-se e aprendem ao mesmo tempo, fazendo exercício físico.

Uma escola nova com espaço para tudo | A escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância n.º 2 das Areias tem quatro salas de aula para o 1.º ciclo, todas com quadros interactivos, uma sala de Jardim de Infância, salas para terapias e apoio a crianças com deficiência auditiva e outras dificuldades associadas. Dispõe ainda de espaço para biblioteca, cozinha para confecção local e refeitório, além de instalações sanitárias e áreas de distribuição onde se incluem dois elevadores hidráulicos. Para as actividades regulares foram criadas também uma sala polivalente, uma sala ampla para Actividades de Enriquecimento Curricular, sala de professores e uma sala de apoio. No exterior existe uma área coberta, um campo de jogos com equipamento desportivo certificado e adequado à faixa etária das crianças (balizas e tabelas de basquete), equipamento de recreio igualmente certificado e da melhor qualidade e área ajardinada com sistema de rega automático.

PROGRAMA

10h15 | Recepção de Entidades;

10h30 | Descerramento de Placa;

10H35 | Bênção das Instalações pelo Senhor Pároco de S. João do Estoril, Padre Farinha;

10h45 | Jogo Interactivo (SmartUs)

- A apresentação do jogo será feita pela Senhora Vereadora da Educação, Ana Clara Justino

11h00 | Visita às instalações;

11h30 | Intervenções:

- Presidente do Agrupamento de escolas da Alapraia, Ludovina Pereira,
- Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho,
- Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues - Gab. Imp. CM Cascais



Álvaro Santos defende conjunto de medidas de combate à crise

É já considerável o número de municípios portugueses que estão a pôr em prática acções extraordinárias focadas nos agregados familiares com menos recursos e, como tal, mais desprotegidos socialmente.

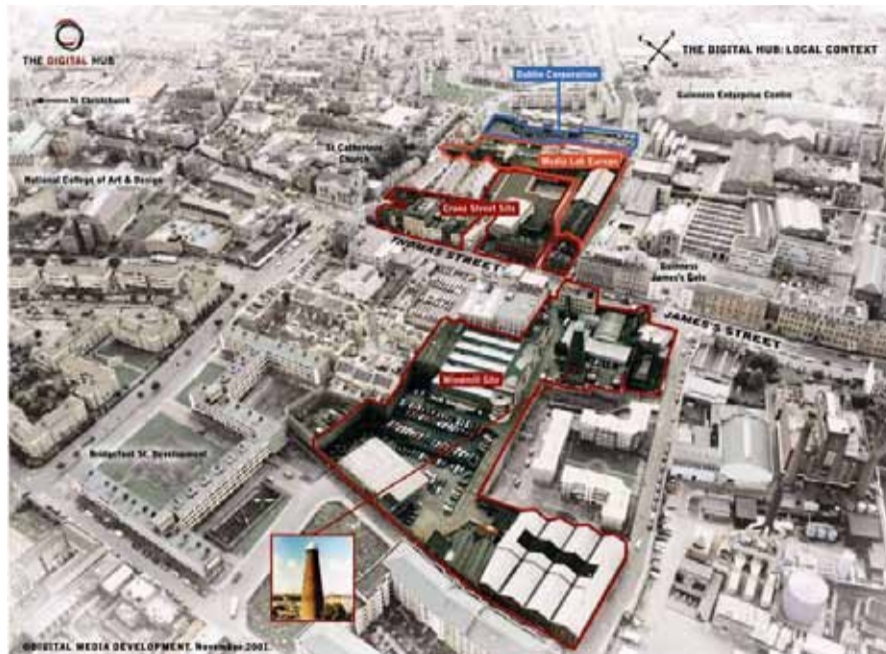
Este foi o mote dado por Álvaro Santos, na última reunião da Câmara Municipal de Ovar (CMO), para defender o lançamento de um programa específico e extraordinário de combate à crise ao nível municipal.

O objectivo é, acima de tudo, promover a qualidade de vida e o bem-estar dos munícipes, não obstante o cenário de crise, tanto nacional como mundial, em que o desemprego se apresenta como o maior flagelo da sociedade actual.

O vereador social-democrata está convicto que é possível fazer mais, muito mais, para ultrapassar as graves dificuldades com que actualmente se depara a comunidade vareira.

Para isso, defende que se devam seguir os bons exemplos que existem no país, no que respeita à adopção de medidas de combate à crise social e económica que está instalada.

A redução dos impostos municipais para os empresários em nome individual e as famílias, em particular para aquelas que neste momento têm mais do que uma pessoa desempregada, é, em seu entender,



um dos caminhos a seguir pelo executivo camarário.

Note-se que, segundo os últimos dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no concelho de Ovar contabilizaram-se mais de três mil desempregados, continuando a maioria a ser do sexo feminino e a possuir um baixo nível de formação.

Por outro lado, de acordo com o vereador social-democrata, a Câmara Municipal de Ovar (CMO) deverá que ter outra postura para com os jovens e os idosos. É importante apoiar fortemente estes dois grupos etários que registam níveis de desemprego muito preocupantes.

Por exemplo, relativamente aos idosos, Álvaro Santos é de opinião que a

autarquia deve comparticipar o custo de medicamentos, enquanto que a ajuda aos mais novos poderá passar pelo pagamento de livros escolares, pelo reforço dos benefícios do Cartão Jovem Municipal, ou ainda pela realização de estágios profissionais para jovens, entre outras medidas.

O reforço da cooperação da CMO com as associações e instituições particulares de solidariedade social é outro aspecto a ter em conta. E nesse sentido, o vereador do PSD rende uma justa homenagem à Rede Social que está implementada no Município de Ovar. Não fosse ela constituída por inúmeras pessoas de todas as idades e oriundas de todas as freguesias que, dia após dia, constroem uma comunidade mais solidária e coesa.

Uma nota ainda para a criação de incentivos específicos para as pequenas e médias empresas, uma vez que são estas os verdadeiros motores de dinamização da economia.

São apoios como estes que, na óptica do autarca social-democrata, poderão ajudar significativamente as gentes de Ovar, permitindo-lhes viver com menos pessimismo o presente e encarar o futuro com mais esperança. São respostas sociais como estas que devem ser dadas o quanto antes! -

Do nosso correspondente

Defesa e Promoção do Emprego no Alto Minho

A Comissão Política Distrital do PPD / PSD do Alto Minho, reunida para analisar a actual situação económico e social que aflige a região, deliberou tornar público o seguinte:

1. Manifestar a sua mais profunda preocupação face à grave crise económica e social que afecta todo o Alto Minho. Trata-se de uma situação que se está a deteriorar de uma forma alarmante, conforme o atesta o facto de, nos últimos seis meses (Julho 2008 / Janeiro 2009), o número de desempregados inscritos ter passado de 6972 para 8580, isto é, no Distrito de Viana do Castelo houve mais 1608 pessoas que, neste curto período, perderam os seus postos de trabalho, o que representa um aumento líquido de mais de 23%.

2. O cenário é especialmente negro na região do Vale do Minho, nomeadamente, nos concelhos de Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço, onde o aumento médio do desemprego, no mesmo espaço de tempo, ultrapassou os 46%.

3. A avaliar pela tendência que se

tem vindo a registar, é com muita apreensão que o PSD do Alto Minho aguarda o evoluir da situação nos próximos meses. Caso o Governo persista em privilegiar apenas a retórica e a propaganda, negligenciando medidas concretas que coloquem as Pequenas e Médias Empresas no centro da política económica, o flagelo do desemprego continuará a alastrar, com terríveis consequências humanas e sociais.

4. O PSD defende como prioridade a defesa e promoção do emprego, através de medidas concretas como a redução da Taxa Social Única suportada pelos empregadores e dos custos fixos que lhe estão associados e ainda a aplicação de uma majoração de 50%, para efeitos de cálculo de IRC, às despesas resultantes de novas contratações de pessoal. Defende, igualmente, uma taxa de IRC de 10%, durante 15 anos, para os investimentos a realizar no interior, e uma taxa de IRC de 10%, durante 10 anos, para jovens empresários, para além de entender que é necessário reforçar o crédito fiscal ao investimento para PME exportadoras e



extinguir o imposto de selo nas operações de crédito a médio prazo.

5. Para reforçar a competitividade das PME, o PSD considera que o Estado tem de garantir, com a máxima urgência,

o pagamento das suas dívidas a estas empresas e de alterar o regime de pagamento e de reembolso do IVA. A extinção do pagamento especial por conta e o reforço da actuação dos instrumentos e meios do Estado no financiamento das PME exportadoras são outras medidas prementes para a promoção da sua capacidade financeira.

6. O PSD dirige uma palavra de solidariedade e de confiança aos milhares de cidadãos do Distrito que estão confrontados com o terrível flagelo do desemprego. Por trás da frieza dos números e das estatísticas estão pessoas com rosto que carregam dramas pessoais e familiares a que ninguém pode ficar indiferente. Nestes tempos conturbados, em que opções políticas erradas teimam em tornar-nos a vida ainda mais difícil, o Partido Social-Democrata reafirma o seu empenho num projecto alternativo que devolva a todos os alto-minhotos a esperança num futuro melhor, mais justo e mais solidário. - CPD/PSD - Eduardo Teixeira



Notícias do Algarve

Presidente da CPS/PSD acusa câmara farense de “esbanjar dinheiro” em propaganda política

O presidente da concelhia do PSD/Faro acusou hoje a Câmara de Faro (PS) de estar a “esbanjar dinheiro” em cartazes de propaganda política para iludir os farense com obras do Estado ou projectos por arrancar.

“Requalificação da entrada de Faro”, “Loja do Cidadão - Inauguramos em Maio de 2009”; “Abrimos caminho - Variante Norte Faro”; “Mercado Municipal - Fevereiro 2007”; “Pousada de Estói Abril 2009”; “Obra social - nove creches e três jardins-de-infância”, “Doca exterior - Projecto de execução em curso” são alguns dos cartazes do PS e autarquia espalhados na cidade de Faro há cerca de 15 dias.

“Trata-se de um esbanjamento de dinheiro para iludir os farense quando a preocupação devia ser o engarrafamento de trânsito, o estacionamento anárquico e a falta de infra-estruturas em todo o concelho”, disse Justino Ramos, em declarações à Agência Lusa. O presidente da concelhia do PSD/Faro, Justino Ramos, acusa o presidente da Câmara, José Apolinário (PS), de estar a fazer propaganda do seu trabalho, utilizando “obras do Estado”, como a Loja do Cidadão, e “obras particulares”, como a da Pousada de Estói.

“Revelam nervosismo e uma grande angústia em pôr painéis no terreno a tentar vender ficção para que os cidadãos farense esqueçam a realidade”, afirma Justino Ramos, sublinhando, por outro lado, que parte da propaganda feita é com base em obras que ainda nem arrancaram.



“Muita das obras anunciadas nos cartazes são anunciadas como obras realizadas, mas ainda não foram feitas”, indica, dando como exemplos a Doca Exterior e as creches e jardins-de-infância.

O porta-voz da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Nuno Godinho Matos, explicou à Lusa que apesar da data da pré-campanha para as próximas eleições autárquicas ainda não tenha sido decretada pelo Presidente da República, nem publicada em Diário da República, as autarquias podem publicitar as suas iniciativas em qualquer altura.

“A pré-campanha começa quando os partidos decidem. Qualquer câmara, pela Lei Eleitoral, pode publicitar as suas iniciativas, sujeita-se é ao debate e escru-

tinio político por estar a gastar dinheiros da autarquia”, acrescentou o porta-voz da CNE.

A Lusa tentou obter um comentário do presidente da Câmara de Faro sobre os cartazes publicitários, mas não foi possível em tempo útil.

O PSD do Algarve celebra o “Dia Internacional da Mulher”

Na sequência do trabalho que tem vindo a ser efectuado para a mobilização e o incentivo à participação política das mulheres, esta será a primeira vez na história do PSD/Algarve que será assinalado pelo partido o Dia Internacional da Mulher.

Para o efeito o PSD/Algarve, em colaboração com o Movimento das Mulheres Sociais-Democratas, preparou um programa de cariz político e cultural aberto a ambos os géneros a realizar em Lagoa, que envolve uma conferência temática e um jantar convívio com música ao vivo e muita animação.

Assim, às 16:00 horas, do próximo dia 7 de Março (véspera do Dia Internacional da Mulher), no Convento de S. José, José Inácio, presidente do PSD local e presidente da Câmara Municipal, e Lina Neto, coordenadora do Núcleo Municipal das Mulheres Social Democratas de Lagoa, serão os anfitriões de uma conferência que conta com os seguintes oradores:

-a professora doutora Aurizia Anica, investigadora na UALg, com o tema, “O que nos ensinam as nossas avós feministas”;

-a mestre Ana Paula Canotilho, professora, artista plástica e investigadora, sobre “Como é que as mulheres ascendem ao poder”;

-a ex-Secretária Geral da JSD e deputada Ana Zita Gomes, para partilhar a sua experiência política através da intervenção intitulada “A mulher na Política hoje”;

-o presidente do PSD/Algarve José Mendes Bota, que intervirá sobre “A igualdade de oportunidades entre Mulheres e Homens”.

Seguir-se-á, pelas 20:00 horas, um jantar convívio cujos bilhetes poderão ser adquiridos junto das coordenadoras dos vários Núcleos Municipais do Movimento das Mulheres. - Gab. Imp. CPD/Faro

Notícias do Porto

Medalhas da Cidade vão distinguir personalidades ilustres

O Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, apresentou na reunião do Executivo, realizada na terça-feira, 3 de Março, as propostas referentes à atribuição das Medalhas Municipais, que distinguirão 12 personalidades, que se notabilizaram pelos seus méritos pessoais, ou feitos cívicos. O acto da entrega dos galardões decorrerá, como tem sido hábito nos últimos anos, durante a cerimónia comemorativa do Aniversário do 25 de Abril, que terá lugar nos Paços do Concelho.

O empresário Belmiro de Azevedo foi a figura escolhida para receber a Me-

dalha de Honra da Cidade. Licenciado em Engenharia Química, o Presidente da SONAE tinha já sido agraciado, em 2006, pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Apesar de ser oriundo de uma freguesia do concelho de Marco de Canaveses, Belmiro de Azevedo fez toda a sua carreira profissional no Porto. O contributo para a melhoria e eficiência da economia portuguesa e a força de vontade e a independência de princípios com que rege a sua vida - que o elegem como um

exemplo - foram factores decisivos para a escolha agora feita.

Os professores universitários e figuras de Ciência Daniel Serrão, Alexandre Quintanilha e Purificação Tavares, bem como o artista plástico Francisco Laranjo, o arquitecto José Carlos Loureiro e o empresário João Serrenho são os nomes indicados pelo Presidente da CMP para receberem a Medalha Municipal de Mérito (Grau Ouro). O escritor e poeta Papiniano Carlos será, igualmente, proposto para receber o mesmo galardão.

Alcino Sousa, presidente da Associa-

ção dos Comerciantes do Mercado do Bolhão, e Joaquim Vilela, presidente da Associação de Voleibol do Porto, são as personalidades propostas para a Medalha Municipal de Mérito (Grau Prata).

José Vilela Brito, símbolo do ténis nacional e actual presidente do Conselho Técnico da FPT, e Augusto Marques Dias, presidente da Associação de Atletismo do Porto, são os nomes indigitados para serem agraciados com a Medalha Municipal de Valor Desportivo - Grau Ouro e Prata, respectivamente.

Porto de Futuro em balanço na casa do Roseiral

O Presidente da Câmara Municipal do Porto reuniu-se com os representantes dos Órgãos Sociais das empresas parceiras do Programa Porto de Futuro, num almoço de trabalho, que decorreu na Casa do Roseiral e no qual foi feito um balanço do projecto.

No seguimento da reunião intercalar de acompanhamento que decorreu em 17 de Fevereiro último, Rui Rio não quis deixar de manifestar aos responsáveis pela Gestão e Administração das 18 empresas que integram o Porto de Futuro a sua satisfação pela forma como tem vindo a crescer esta relação entre o tecido empresarial e os agrupamentos de escolas do município, com os quais foram estabelecidas parcerias.

O programa Porto de Futuro, lançado em Abril de 2007, excedeu as expectativas e as redes criadas entre estes sectores, habitualmente afastados entre si, geraram valor acrescentado para a comunidade educativa da cidade, cujos reflexos no tecido social e económico serão, decerto, visíveis a médio prazo.

O Vereador da Educação, Juventude e Inovação, Vladimiro Feliz, sublinhou que a prestação de serviços de consultoria de gestão por parte das empresas participantes no Programa é um dos vectores de actuação transversais e mandatário do Porto de Futuro.

Do balanço recentemente realizado ressalta o forte compromisso dos parceiros que, aliado aos resultados alcançados pela generalidade das parcerias e ao carácter pioneiro da iniciativa, confirmam o potencial do projecto promovido pela CMP.

Entrega dos prémios “Best of Wine Tourism 2009”

O Vereador das Actividades Económicas, Manuel Sampaio Pimentel, entregou hoje, no Museu do Vinho do Porto, os prémios “Best of Wine Tourism 2009”.



O concurso, lançado em 2003, é um dos principais projectos da Rede de Capitais de Grandes Vinhedos - Great Wine Capitals Global Network - composta pelas cidades do Porto, Bordéus, Mainz, S. Francisco, Bilbao, Florença, Mendoza e Cidade do Cabo.

Os vencedores dos mais importantes prémios da Rede de Capitais de Grandes Vinhedos são a Wine House da Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, Prémio Internacional na categoria “Arte e Cultura”; a Casa das Pipas da Quinta do Portal, Prémio Nacional na categoria “Práticas Sustentáveis em Enoturismo” e a ecoTours Portugal, Prémio Nacional, na categoria “Serviços de Enoturismo”.

O referido concurso decorre simultaneamente em oito países e premeia, nas oito Capitais de Grandes Vinhedos, os serviços de enoturismo que se distin-

guem pela qualidade e pela excelência no acolhimento de visitantes, através de experiências originais e inovadoras. Em Portugal, os seus destinatários são os agentes de enoturismo do Norte de Portugal, nomeadamente das regiões vitícolas do Porto e Douro e dos Vinhos Verdes.

O concurso é promovido pela Câmara Municipal do Porto (CMP). “A participação da CMP na Rede de Capitais de Grandes Vinhedos é fundamental. É um dos instrumentos para o incentivo às actividades económicas e à promoção internacional do Porto e do Norte de Portugal”, afirmou o Vereador das Actividades Económicas.

A CMP tem um envolvimento activo nas acções da Rede de Capitais de Grandes Vinhedos, da qual é membro fundador, juntamente com a Cidade de Bordéus, desde 1999. A sua representação é marcada pelo envolvimento de parceiros institucionais de relevo para a promoção internacional da viticultura e do enoturismo, tendo para o efeito sido constituído um Comité Local de acompanhamento, integrado pela CMP, Associação Comercial do Porto, Associação Empresarial de Portugal, Associação das Empresas de Vinho do Porto, Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Câmara de Agricultura do Norte, Universidade Católica Portuguesa e o Porto Convention & Visitors Bureau.

A concelhia do Porto exigiu hoje a demissão do presidente da Junta de Freguesia da Sé, após aprovação de moção de censura

A concelhia do Porto do PSD exigiu hoje a demissão do presidente da Junta de Freguesia da Sé, o socialista José Teixeira, na sequência da moção de censura aprovada terça-feira com votos favoráveis de autarcas do próprio PS.

Numa assembleia de freguesia com a presença de cinco autarcas do PS, três do PSD e um da CDU, a moção de censura

(apresentada pelos sociais-democratas e subscrita também pelo representante comunista), deliberada por voto secreto, contou com sete votos favoráveis e dois contra.

Em comunicado assinado pelos líderes da concelhia do PSD, Sérgio Vieira, e do núcleo da Sé daquele partido, Nuno Camilo, refere-se que a moção de censura foi motivada pelo “facto grave, e a todos os títulos inqualificável, de ter existido uma transferência de 4.900 Euros da Junta de Freguesia para uma conta bancária da esposa do senhor presidente”

“A apresentação desta moção de censura também se deveu ao contínuo e reiterado desrespeito pela Assembleia de Freguesia por parte do Senhor presidente da Junta. Numa atitude ilegal e antidemocrática, tem-se recusado a levar à Assembleia de Freguesia empréstimos contraídos pela Junta e protocolos assinados com diversas entidades”, acrescentam os social-democratas.

Face à aprovação da moção de censura, o PSD entende que “o presidente da Junta de Freguesia da Sé, senhor José Teixeira, não tem condições políticas para continuar a exercer o seu mandato e exige, publicamente, a sua imediata demissão”.

“O PSD do Porto e o PSD da Sé denunciam o silêncio da Concelhia do Partido Socialista sobre esta matéria. O silêncio do PS sobre a situação que se vive na Sé demonstra que o PS pactua e apoia o comportamento ilegal, antidemocrático e inqualificável deste presidente de junta”, diz o comunicado.

Contactado pela Lusa, o presidente da Junta da Sé, José Teixeira, garantiu que não se demite e adiantou que os autores do comunicado “irão ser responsabilizados por estarem a trazer à praça pública um assunto que se encontra em segredo de justiça”, uma transferência de verbas, que “ocorreu em 2006”.

A Lusa tentou obter ainda um comentário da concelhia do Porto do PS, mas até ao momento tal não foi possível. - Fonte: Lusa





Notícias dos Açores

Berta Cabral apresenta medidas de combate à crise

A líder do PSD/Açores apresentou na semana passada um conjunto de medidas legislativas de combate à crise, de forma a “ajudar efectivamente” as famílias e empresas açorianas a “ultrapassar os problemas actuais e minimizar dificuldades futuras”.

“A gravidade da situação não se compadece com meias soluções, nem se resolve com a atitude resignada e alarmista de anunciar ao presidente da República que os Açores vão perder empregos. Perante as dificuldades, não podemos baixar os braços. Temos que fazer tudo o que está ao nosso alcance. O PSD tem medidas complementares e soluções alternativas para ajudar efectivamente as famílias e as empresas dos Açores a ultrapassar os problemas actuais e minimizar as dificuldades futuras”, afirmou Berta Cabral, em conferência de imprensa.

A líder social-democrata, que falava após uma reunião do comité permanente do partido, anunciou a apresentação no parlamento de dois projectos de decreto legislativo regional: um que cria o programa de apoio financeiro à aquisição de habitação e outro que reduz as taxas de IRS em 30 por cento para todos os escalões de rendimentos.

Berta Cabral revelou, igualmente, que o PSD/Açores vai apresentar no parlamento três projectos de resolução que recomendam ao governo regional o adiantamento e aceleração de pagamentos de apoios às empresas, a criação de planos de regularização das dívidas ao fisco e à segurança social, bem como o lançamento de obras públicas de dimensão ajustada às empresas regionais do sector da construção civil.

A presidente do PSD/Açores salientou que o programa de apoio financeiro à aquisição de habitação, designado por Programa Casa Própria, destina-se a “apoiar as pessoas que pretendam recorrer a crédito bancário, para efeitos de



aquisição de habitação própria”.

“O apoio financeiro é concedido pelo prazo máximo de cinco anos, eventualmente prorrogável, e consiste numa compensação aos juros que pode chegar a 50 por cento do spread contratado com a instituição bancária credora, desde que o empréstimo não exceda os 150 mil euros”, explicou.

Segundo a líder social-democrata, o Programa Casa Própria “tem também como objectivo promover o equilíbrio desejável entre a procura e a oferta de casas nos Açores, ajudando assim as empresas do sector, que são importantes geradoras de emprego”.

Já a proposta que reduz as taxas de IRS em 30 por cento para todos os escalões de rendimentos visa “melhorar o poder de compra da classe média da sociedade açoriana”.

“Para impulsionar a actividade económica, um euro é mais proveitoso no orçamento das famílias do que nos cofres do Estado”, sublinhou.

Relativamente ao projecto de resolução que visa assegurar adiantamentos e aceleração de pagamentos de apoios às empresas, Berta Cabral salientou que “num quadro de crise evidente, o governo tem a obrigação de reconhecer que os sistemas de incentivos existentes estão concebidos para um ritmo normal da actividade económica e adoptar soluções excepcionais para fazer face a uma situação que é também excepcional”.

“Por vontade do PSD, a Assembleia Legislativa dos Açores recomendará ao governo que aumente, pelo menos para 50 por cento, as percentagens de

adiantamentos dos apoios aos projectos aprovados no âmbito de todos os sistemas existentes de incentivos às empresas. E que faça um esforço adicional para acelerar todos os pagamentos de apoios já aprovados no sentido de dotar as empresas de meios fundamentais à sua saúde financeira”, frisou.

O segundo projecto de resolução recomenda a criação de planos de regularização das dívidas ao fisco e segurança social, dado que “a falta de uma situação contributiva regularizada impede muitas empresas de receberem os seus créditos e de se candidatarem a todos os programas de apoio, designadamente os que foram agora criados pelo governo regional para combater a situação de crise da economia açoriana”.

A líder social-democrata anunciou, ainda, um projecto de resolução que defende o lançamento de obras públicas ajustadas à dimensão das empresas de construção civil regionais, pois estas “enfrentam sérias dificuldades em concorrer num plano de igualdade com as suas congéneres oriundas do exterior da Região que se candidatam a grandes obras lançadas pelo governo”.

Berta Cabral acrescentou que o PSD/Açores “tem a obrigação construtiva de ajudar o governo”, enquanto que o executivo “tem a obrigação democrática de aceitar a colaboração do PSD”.

O conjunto de medidas legislativas de combate à crise vai dar entrada no parlamento na próxima semana.





Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para reunir no próximo dia 06 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede da AEA – Associação Empresarial de Águeda, sita em Covão, Freguesia de Valongo do Vouga, concelho de Águeda, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional, com a presença do Vice-Presidente da Comissão Política Nacional, Dr. Rui Rio
- 2 – Apreçar e deliberar sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2008
- 3 – Outros assuntos

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2009, (segunda-feira) pelas 16h30 na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Relatório de Contas de 2008
- 3 – Plano de actividades e Orçamento para 2009
- 4 – Eleições Autárquicas
- 5 – Análise da situação política

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD/Algarve, para reunir no próximo dia 06 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30 na Escola EB 23 Poeta Bernardo Passos, sita na Rua 1º de Junho, em S. Brás de Alportel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações diversas
- 2 – Aprovação das Contas do PSD/Algarve relativas ao exercício de 2008, conforme alínea e) do artigo 37º do Estatutos do Partido
- 3 – Análise da situação política com a presença e intervenção do Vice-Presidente da Comissão Política Nacional Prof. Paulo Mota Pinto
- 4 – Assuntos diversos

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30 na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Autárquicas 2009 – Proposta da CPS
- 2 – Análise da situação política

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- Ponto único - Apresentação e aprovação das Contas de 2008

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede distrital, sita no Largo 28 de Janeiro, 10, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política actual
- 3 – Eleições Autárquicas no concelho
- 4 – Outros assuntos

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Rio Maior, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2009, (segunda-feira) pelas 21h00 na sede da Secção, sita na Av. Paulo VI, lote 101 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Relatório de Contas
- 3 – Autárquicas 2009

SECÇÃO H – LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção H - Lisboa, para reunir no próximo dia 12 de Março de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30 na sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, lote 21 – A s/cave,

com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Aprovação das Contas do exercício de 2008
- 3 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais ao abrigo do nº 2 alínea f) do artigo 50º dos Estatutos do PSD

SETUBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal, para reunir extraordinariamente, no próximo dia 11 de Março de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações e análise da situação político - partidária
- 2 – Apresentação e parecer sobre o candidato a Presidente da Câmara Municipal de Setúbal pelas listas do PPD/PSD



CONSELHO DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, dos demais regulamentos aplicáveis convoco o Conselho Distrital da JSD de Évora para reunir no dia 14 de Março de 2009 (sábado) pelas 16h00, na sede concelhia do PSD de Viana do Alentejo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Cimeira JSD Alentejo;
 - 3 – Análise da situação política.
- O Presidente do Conselho Distrital (Joel Pedreirinho)

PENELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Penela, para uma reunião a realizar no próximo dia 4 de Abril de 2009 (Sábado), pelas 17 horas, na Sede do PSD de Penela, com a seguinte ordem

de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Penela.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Penela, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 17h00 às 18h00.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital

(Filipe Carraco dos Reis)

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Soure, para uma reunião a realizar no próximo dia 17 de Abril de 2009 (Sexta-Feira), pelas 22 horas, na Sede do PSD de Soure, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Soure.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Soure, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital

(Filipe Carraco dos Reis)

CONDEIXA – A – NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Condeixa-a-Nova, para uma reunião a realizar no próximo dia 18 de Abril de 2009 (Sábado), pelas 16 horas, na Sede do PSD de Condeixa-a-Nova, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Condeixa-a-Nova.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do



Plenário Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Condeixa-a-Nova, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h00.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital

(Filipe Carraco dos Reis)

PAMPILHOSA DA SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD da Pampilhosa da Serra, para uma reunião a realizar no próximo dia 18 de Abril de 2009 (Sábado), pelas 19 horas, na Sede do PSD da Pampilhosa da Serra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD da Pampilhosa da Serra.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD da Pampilhosa da Serra,

respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 19h00 às 20h00.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital

(Filipe Carraco dos Reis)

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convocasse o Plenário Ordinário, da JSD da Secção do Cartaxo, a realizar-se no dia, 13 de Março de 2009, pelas 21:30 Horas, na sede do PSD/Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1º Dto., no Cartaxo, com a seguinte

ordem de trabalhos:

1. Informações e Análise da situação política;
2. Apreciação e votação do relatório de contas de 2008;
3. Apresentação das Linhas Orientadoras para as Autárquicas 2009;
4. Votação do Orçamento para 2009;
5. Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário JSD Cartaxo

(João Heitor)



Convocatória

Ao abrigo dos estatutos dos TSD, na Secção III – artº 40º, alínea d), artº 50º alínea g, os artigos nºs 62º, 63º e 64º, seus nºs e alíneas, cojugado com o Regulamento eleitoral dos Órgãos Distritais, convoca-se a Assembleia do Nucleo Concelhio de Cascais, para reunir no próximo dia 6 de Abril de 2009, das 18h00m às 21h00m, na sede do PSD de Cascais, sito no Largo da Estação em Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição do secretariado Concelhio do Concelho de Cascais.

Lisboa, 3 de Março de 2009

O Secretariado Distrital de Lisboa

Obs: As listas devem estar de acordo com os estatutos e regulamentos eleitorais em vigor